

Declínio e abandono da Ribeira dos Moinhos

Nos anos de 1949 e seguintes Angra assiste a um grande projeto, de responsabilidade camarária: as obras de Abastecimento de Águas e Rede de Esgotos. Foram substituídas e aumentadas as redes de água e esgotos, mas também construído um grande reservatório de água em São João de Deus, junto à Ribeira dos Moinhos. Essas obras terão sido o princípio do fim dos moinhos a água, em São João de Deus e daí para sul, visto que a razão para a redução do caudal da levada prende-se com a maior necessidade de abastecimento público de água, e com a falta de sobras de água que mantivessem os moinhos a funcionar.

Para minimizar os prejuízos dos moleiros, a Câmara Municipal assumiu o encargo financeiro inerente à substituição da força motriz dos moinhos, passando estes a operar a energia elétrica, ou, em alguns casos, a combustão. Esta mudança, associada ao aparecimento de moagens mecânicas, com nova tecnologia, fez com que a transição dos anos 50 para os anos 60, do século XX, fosse funesta para os tradicionais moinhos, acabando por fechar muitos deles.

Certo é que, após 500 anos a dar de beber, a irrigar as hortas, a lavar as roupas e as ruas, e a empurrar as rodas dos moinhos, a ribeira da cidade deixou de correr na envelhecida e cansada levada de pedra aparelhada.



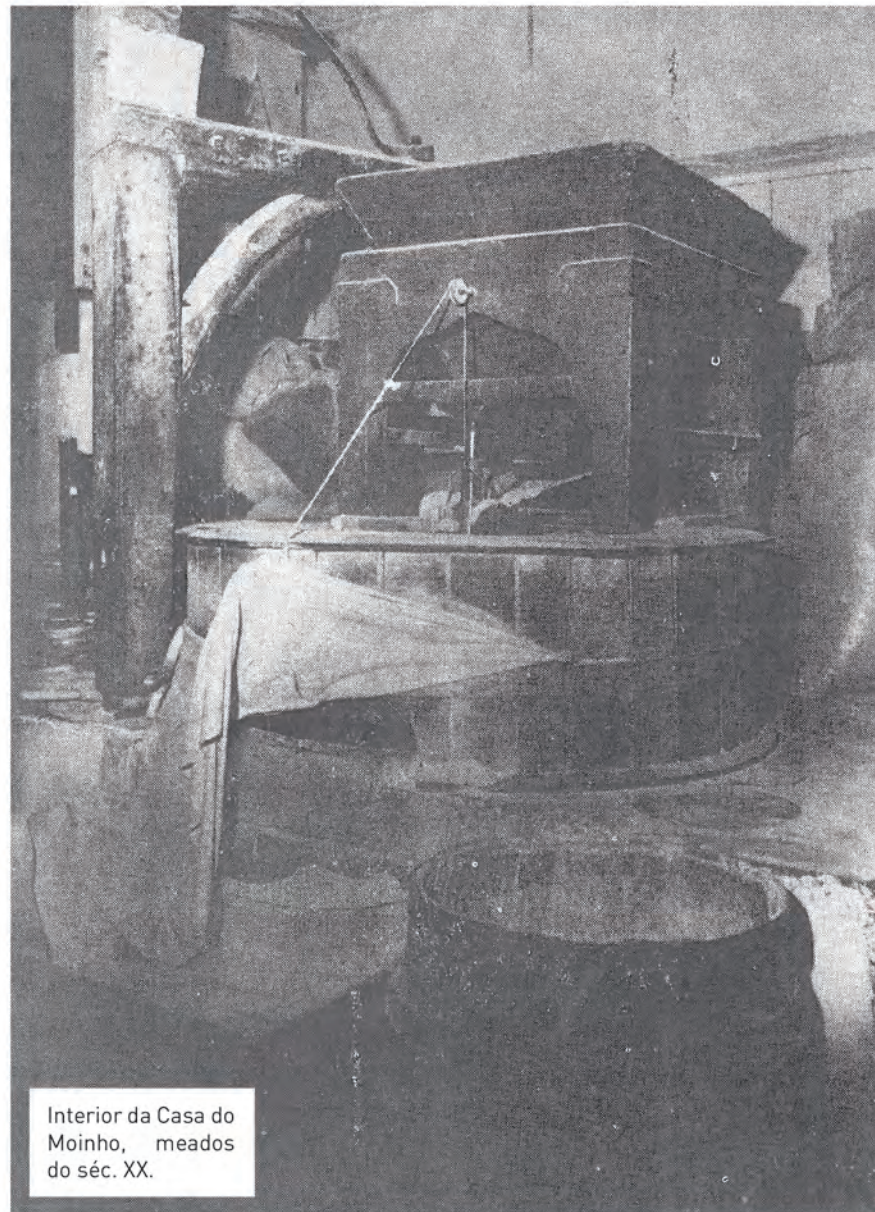
Troço da Ribeira dos Moinhos existente junto ao Convento de São Francisco.



Troço da Ribeira dos Moinhos existente debaixo dos Paços do Concelho.



Fachada atual da Casa do Moinho.



Interior da Casa do Moinho, meados do séc. XX.

Ribeira dos Moinhos

Angra do Heroísmo foi sempre um lugar de moinhos, de tradições e de história, onde o engenho do homem e a força das águas moviam as mós que transformavam o cereal em farinha. É com base num património riquíssimo, que ainda persiste, que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo criou esta brochura. Deste modo, procura-se salvaguardar e promover um exemplo de engenho, que é uma forte marca identitária desta cidade, permitindo aos visitantes conhecer um pouco melhor a sua história e património.

Texto

Vítor Brasil
«Património das Águas de Angra», 2013.

Design

Rúben Quadros Ramos

CMAH, 2017



CASADO
MOINHO

A importância e aproveitamento da Ribeira dos Moinhos

A história da Ribeira dos Moinhos confunde-se com a dos primeiros homens que pisaram o chão de Angra. No dealbar da fixação de gentes em Angra, uma das muitas ribeiras que escorriam dos outeiros a norte distinguiu-se por, ao contrário das outras linhas de água, ter um curso farto e constante, tanto no verão como no inverno, que escavava um vale, desaguando no mar.

Encetado o talho da mata, em harmonia com o traçado dos primeiros arruamentos delineados, logo surgiria a necessidade de proceder ao desvio e regularização da ribeira, para trazer a água de modo a servir a emergente urbe. O caudal foi também rentabilizado como força motriz, em diversas indústrias, e utilizado na irrigação das hortas e jardins, vindo igualmente a servir para a limpeza das ruas e lavadouro de roupas. A ribeira não era explorada apenas para consumo próprio da urbe, foi também essencial ao provimento das Armadas que, na gesta das descobertas portuguesas e espanholas, percorriam o Atlântico e tinham em Angra ponto de escala obrigatória. Este manancial de funcionalidades fez com que a Ribeira dos Moinhos se tornasse um dos vetores fulcrais para o sucesso do povoamento e crescimento do núcleo urbano, em termos económicos e sociais.

A empreitada de construção da levada artificial foi posta em marcha graças à pertinácia e génio empreendedor do povoador Álvaro Martins Homem. No ano de 1474, o complexo projeto de desviar e canalizar o curso das águas da ribeira tinha sido praticamente executado, criando-se, assim, infraestruturas de que o povoado carecia para o seu rápido crescimento.

Basilar para o desenvolvimento de Angra foi, a partir de 1474, a chegada do nobre João Vaz Corte-Real. Figura de envergadura que havia de estar à frente de múltiplas realizações, entre elas as grandes obras que em seu tempo se começaram, e o completo encanamento da ribeira da cidade.

É assinalável a maneira extremamente eficaz como o curso desta levada foi aproveitado para diferentes fins. As águas soltas e torrenciais, captadas a montante, foram orientadas num mais extenso e melhor trajeto. O perfil, a profundidade, e a secção transversal do canal foram desenhados com grande engenho e precisão, de forma a passar pelos locais pretendidos. O declive era moderado, e a levada desenvolvia-se em zigue-zague, para possibilitar que o movimento das águas fosse vagaroso. O que era torrente acelerada no fundo de um vale converteu-se em fluxo suave, num extenso leito artificial sobretudo a céu aberto, de cantaria aparelhada com abóbodas e câmaras de descarga.

No trajeto das suas águas, a utilidade da ribeira ia-se modificando, por força da sua crescente contaminação. No derradeiro troço, o canal, para além de fornecer energia para acionar as rodas da serra de água e dos moinhos, também era utilizado como esgoto público, recebendo as águas sujas dos prédios da Ruas Direita e de Santo Espírito e os despejos do hospital e do matadouro da cidade.

Atividades económicas associadas à exploração da Ribeira dos Moinhos

Com a chegada dos primeiros colonos, e lançados os fundamentos da povoação, logo se impôs a procura de correntes de água que não só garantissem o abastecimento da população, como, após as colheitas que se previam abundantes, permitissem o estabelecimento de engenhos capazes de assegurar a farinhação de cereais, também indispensável à existência.

O pão era a base do sustento das pessoas, mormente das mais pobres. Sem moenda não havia farinha, e sem farinha não havia pão. A população, até aos finais do século XIX, consumia principalmente pão de trigo. Depois, começou a cultura do trigo a ser substituída pela do milho. O moinho era então uma peça fundamental, num ciclo que se iniciava com o cultivo dos cereais nas terras e acabava com o pão nas mesas.

Por volta de 1580, em *Saudades da Terra*, vem a primeira nota sobre os moinhos de Angra: «[...] pelo meio desta cidade corre outra grossa ribeira de água, a qual vem ter ao porto [...] que nela há e moem doze moinhos dentro, na cidade, que são serventia de toda esta parte do sul [...]».

Na carta de Angra de 1595, publicada por Linschoten, desde o Terreiro de São João de Deus até um pouco mais abaixo do Castelo de São Luís e antes do Convento de São Francisco estão desenhados nove moinhos com a mesma figura, isto é com telhados de duas águas, com duas aberturas no alçado virado a sul, passando a ribeira no meio da construção, indicando que eram moinhos de água, a seguir a estes moinhos e ainda antes do Convento distinguem-se, seis construções iguais que pela sua localização, também devem ser moinhos, mas mais

pequenos e de menor importância, talvez azenhas, pela sua situação lateral relativamente à ribeira. Assim, nos finais do século XVI, eram quinze as moendas que a Ribeira dos Moinhos alimentava.

Em regra, a moagem era um privilégio apenas detido pela coroa, grande nobreza, alto funcionalismo régio e ordens militares e religiosas. Em Angra, tal como nas restantes ilhas dos Açores, esse monopólio era do Donatário, e os moinhos eram pertença exclusiva do seu Capitão. Só quem este autorizava podia manter ou construir novos moinhos, sendo que parte do lucro lhe estava destinada por ordem régia.

O primeiro documento que se conhece sobre os direitos de posse dos moinhos é a carta de doação da capitania de Angra a João Vaz Corte-Real, passada decorria o ano de 1474. «Outrossi me apraz que o dito João Vaz haja pera si todos os moinhos de pão que houver a dita ilha de que assi lhe dou carregos, e que ninguém não faça hi moinhos, somente ele ou quem lhe aprover; e isto não se entenda em mó de braço, que a faça quem quiser, não moendo a outrem, nem atafonas não tenha outrem, somente ele, ou a quem ele aprover.»

O monopólio régio só começaria a abrir brechas cerca de três centúrias mais tarde. No ano de 1765, surge uma primeira tentativa, pela mão do Marquês de Pombal. Todavia, a legislação criada teve prática restrita. Pelo menos até ao início do século XIX, não ocorreram significativas alterações no regime dos direitos sobre as moendas das ilhas, mantendo-se em vigor o normativo real, que conferia aos capitães o rendimento dos moinhos

existentes e o monopólio da construção de outros.

A importância dos moinhos e do respetivo aproveitamento hidráulico é evidenciada pelo elevado número destas construções. A moagem de cereais constituiu, sem dúvida alguma, a primeira indústria da ilha Terceira.

Popularmente chamados de moinhos de água, ou simplesmente moinhos, tratava-se, na maioria dos casos, de azenhas. Em bom rigor, estamos perante mecanismos moageiros com diferentes especificidades, como é o caso do posicionamento da roda hidráulica — horizontal ou vertical. Estas variações dependem muitas vezes da orografia local e do caudal de água, repercutindo-se no respetivo volume de produção.

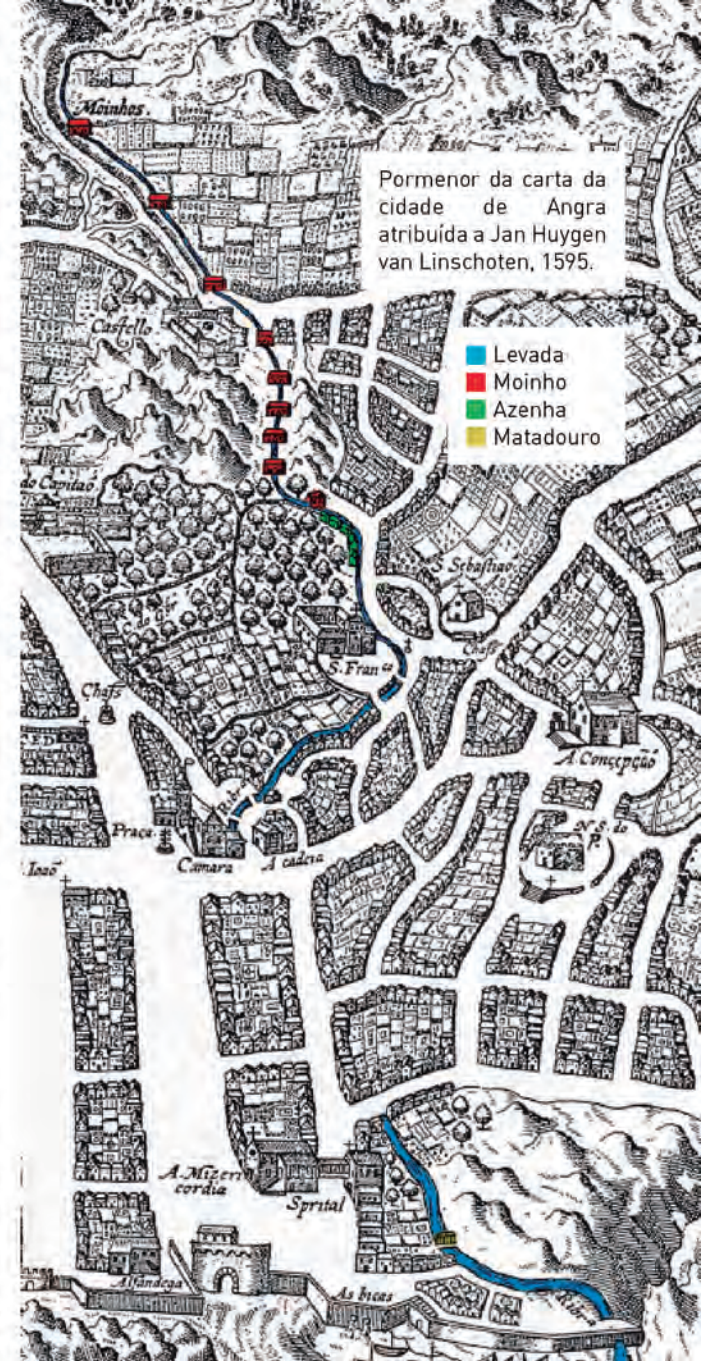
Na Ribeira dos Moinhos, destacaram-se as azenhas, com as suas grandes rodas de madeira colocadas verticalmente, empurradas para baixo, na sua parte dianteira, pelo caudal de água, trazido por uma caleira, também de madeira. A roda gira pelo impacto e peso, fornecendo a tão desejada energia motriz. A força assim obtida é transmitida e desmultiplicada por eixos e engrenagens, acionando, já no interior da casa, a mó. O cereal é triturado, por percussão oblíqua, por uma mó fixa — a inferior — e outra móvel — a superior. Estas estruturas utilizavam como materiais, além das mós em pedra, predominantemente a madeira e alguns elementos em ferro.

Tipologicamente, as edificações onde se instalavam as moendas da Ribeira dos Moinhos eram de planta retangular de um ou dois pisos e serviam também de

habitação à família do moleiro. Tinham cobertura de duas ou quatro águas, em telha de canudo de fabrico regional. Os alçados eram construídos em pedra, rebocados com argamassa de cal e barro, e caiados de branco. Possuíam forno e chaminé, de modo a propiciar a cozedura do próprio pão. Na quase generalidade, eram estabelecimentos de exploração familiar, com uma única moenda. É de assinalar a pouca rusticidade que apresentam as azenhas da ilha Terceira se considerarmos o seu aspeto exterior, em confronto com as existentes no continente e mesmo nas outras ilhas. De um modo geral tais engenhos encontram-se na habitação ou no aglomerado familiar e não adjacentes à moradia ou mesmo distantes dela, como se observa na maior parte das regiões pelas quais se acham disseminadas em todo o país. Na maioria dos casos situam-se no piso térreo, reservando-se o piso superior à habitação, tendo quando muito, uma dependência reservada a depósito de sacaria e cereal.

O aproveitamento da energia hidráulica da Ribeira dos Moinhos não foi exclusivamente usado nas moendas. Esmagar o pastel, pisoar tecidos, pregaria e fundição, serração de madeiras, estopas, papel e tabaco, para além da limpeza que proporcionava à indústria de curtumes e matadouro, tudo isso era alimentado por esta levada.

A exploração do potencial industrial da Ribeira dos Moinhos conheceu, ao longo dos séculos, um notável crescimento, de tal forma que, no século XVI, comportava doze moinhos, e, em meados do século XX, a água da levada agitava mais de quarenta moendas. Este sistema transformava Angra numa verdadeira cidade industrial para a época, o que contribuiu para o seu desenvolvimento.



Pormenor da carta da cidade de Angra atribuída a Jan Huygen van Linschoten, 1595.

Levada
Moinho
Azenha
Matadouro